



MARÍLIA DE AZAMBUJA RIBEIRO MACHEL

**A corte portuguesa e a campanha
pela publicação da *Clavis Prophetarum*
do Padre António Vieira
(séculos XVII-XVIII)**

Análise Social, LVI (2.º), 2021 (n.º 239), pp. 264-283

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2021239.03>

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



Análise Social, 239, LVI (2.º), 2021, 264-283

A corte portuguesa e a campanha pela publicação da *Clavis Prophetarum* do Padre António Vieira (séculos xvii-xviii). Este artigo trata da campanha pela publicação da *Clavis Prophetarum* do Padre António Vieira, que teve lugar em Portugal entre o final do século xvii e a primeira metade do século xviii. Dentre os diversos promotores dessa campanha destacam-se alguns personagens ligados à corte portuguesa, como o arcebispo de Cangranor D. Diogo Justiniano, o Inquisidor-mor do reino Nuno da Cunha e Ataíde e um grupo de homens de letras ligados ao 4.º Conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, e à Academia Real da História, criada por D. João v em 1720.

PALAVRAS-CHAVE: *Clavis Prophetarum*; Padre António Vieira; edição; corte portuguesa.

The portuguese court and the campaign for the publication for the *Clavis Prophetarum* of priest António Vieira (xvii-xviiith centuries). This article addresses a number of moments in the campaign for the publication of Priest António Vieira's *Clavis Prophetarum* which took place in Portugal from the late xviith century to the middle xviiith century. Amongst the many promoters of such a campaign, it is worth highlighting some players related to the Portuguese Court, such as Cangranor's archbishop D. Diogo Justiniano, the kingdom's grand inquisitor Nuno da Cunha e Ataíde and a group of literati linked to the Academia Real de História, founded by D. João v in 1720.

KEYWORDS: *Clavis Prophetarum*; Priest António Vieira; publication; Portuguese Court.

<https://doi.org/10.31447/AS00032573.2021239.03>

MARÍLIA DE AZAMBUJA RIBEIRO MACHEL

**A corte portuguesa e a campanha
pela publicação da *Clavis Prophetarum*
do Padre António Vieira
(séculos XVII-XVIII)**

É sabido que o Padre António Vieira, pelo menos desde os primeiros anos em que retornou a Portugal, no início da década de 1640, estava próximo da tradição messiânica e providencialista portuguesa, que nesse momento oferecia uma chave de interpretação profético-milenarista sobre a Restauração portuguesa e servia de discurso legitimador para a recém-ascendida dinastia dos Bragança (Besselaar, 1976, p. 6 e Lopes, 1999). Foi nesse contexto de grande efervescência política que o jesuíta produziu o seu primeiro escrito dotado de cunho profético, o *Sermão dos Bons Anos*, primeiro sermão proferido por Vieira em Lisboa, pregado na Capela Real em 1642. Nele, o jesuíta começa a esboçar as suas convicções messiânicas de carácter lusitanista, em que associava o destino do reino português à crença na futura unidade de todos os homens no Reino de Cristo.

É nesse mesmo período que ele terá começado a trabalhar no seu principal escrito profético, a *Clavis Prophetarum*, conforme declarou num dos interrogatórios a que foi submetido durante o processo inquisitorial que decorreu na década de 1660:

[...] de dezoito anos a esta parte, andava estudando, e compondo um escrito livro, que determina intitular *Clavis Prophetarum*, cujo principal assunto, e matéria é, mostrar por algumas proposições, com lugares da Escritura, e Santos, que na Igreja de Deus há de haver um novo estado diferente do que até agora tem havido, em que todas as nações do Mundo hão de crer em Cristo Senhor nosso, e abraçar nossa Santa fé Católica [Muhana, 1995, pp. 55-56]

A partir de então, o jesuíta dedicou mais de 50 anos aos estudos exegéticos necessários à elaboração do texto da *Clavis*.

Entretanto, apesar de ter trabalhado nessa obra até o fim dos seus dias, ao longo da sua vida, para além do já mencionado *Sermão dos Bons Anos* – publicado em forma de opúsculo ainda em 1642 e reeditado em 1645, 1671 e 1696 –, Vieira compôs só alguns outros poucos escritos de cariz profético: o *Esperanças de Portugal Quinto Império do mundo, Primeira e Segunda vida de El-Rei D. João o Quarto Escritas por Gonçalo Annes Bandarra*¹ – escrito do final da década de 1650, que então circulara na corte portuguesa por meio de cópias manuscritas² e que constituiu a base da sua incriminação no processo movido pela Inquisição contra o jesuíta na década de 1660 – e outros dois textos – o *Sermão de Ação de Graças*³ e o *Discurso Apologético*⁴ – escritos no final da década de 1680 e publicados em 1690 no *Palavra de Deos Empenhada e Desempenhada*.⁵

Provavelmente, por essa razão, pelo menos até ao início da década de 1690, apesar das menções elogiosas à sua justa doutrina, aos seus conhecimentos sobre as Escrituras e às suas capacidades como teólogo, presentes nas licenças dos censores dos primeiros volumes da *editio princeps* de seus Sermões publicada a partir de 1679, nada se dizia sobre as suas interpretações proféticas. Seria somente nos escritos iniciais do *Palavra de Deos empenhada e desempenhada* que, pela primeira vez, apareceria uma associação entre os seus estudos bíblicos e os fundamentos dos seus vaticínios:

1 Nesse escrito, que teria sido extraído de uma carta que em abril de 1659 Vieira enviara ao seu confrade André Fernandes (1607-1660), bispo nomeado do Japão, confessor do finado D. João IV, do Príncipe Teodósio e depois de D. Luísa de Gusmão, Vieira defendia que D. João IV era o rei Encoberto de que falara o Bandarra em suas *Trovas* e que iria, em breve, ressuscitar para ser eleito imperador da nova monarquia que havia de triunfar sobre os hereges e os pagãos. Segundo Vieira, tal papel nunca fora escrito para ser público, tendo sido composto somente para servir de consolo a D. Luísa diante do falecimento do esposo (Besselaar, 2002, p. 14).

2 A cópia desse escrito que foi remetida pelo Padre André Fernandes à Mesa do Santo Ofício em abril de 1660 e que se conservou entre os autos do processo de Vieira só seria publicada pela primeira vez no século XIX. (Vieira, 1856).

3 Sermão pregado em Salvador em 1688, por ocasião do nascimento de João, filho primogénito de D. Pedro II.

4 Segundo Vieira, escrito como consolo para a rainha Maria Sofia Isabel de Neuburgo diante da morte do primogénito João e como resposta ao desmentimento dos vaticínios por ele proferidos no *Sermão de Ação de Graças* pelo nascimento do finado príncipe. No *Discurso*, de facto, Vieira transferia para um segundo génito sua profecia do vindouro Império. De acordo com o jesuíta, o primeiro filho teria ido receber no céu a investidura que de facto havia de ser dada ao irmão.

5 Hoje tratada como sendo o 13.º tomo da série dos Sermões. Assim considerada devido à organização proposta no volume dos *Sermões e Vários Discursos Políticos*, publicado em 1710. Essa compilação, não prevista por Vieira, autointitula-se “14.º Tomo das várias obras do P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesu” e consta de um índice de todos os volumes anteriores das “obras” que contabiliza o *Palavra de Deos* como sendo o seu 13.º tomo.

reluz a delicadeza do juizo deste Author, & a universal noticia, que na continuação de seus estudos tem adquirido das historias Divinas, & humanas: das quaes tira fundamentos para vaticinar a Portugal futuras felicidades por desempenho da palavra de Deos dada no Campo de Ourique ao primeiro Affonso. [Vieira, 1690]

este pequeno volume, mas grande livro, comsigo leva sua immortalidade na engenhosa explicação das futuras felicidades dos Portuguezes, vaticinadas por desempenho da palavra de Deos dada no Campo de Ourique ao primeiro Rey de Portugal, sem offensa da Fè Catholica, nem cousa que aos bons costumes faça dissonância. [Vieira, 1690]

Todavia, é somente sete anos mais tarde, às vésperas da morte do jesuíta, no contexto das censuras do décimo primeiro volume dos seus *Sermões* – volume no qual Vieira por sinal faria reimprimir o *Sermão dos Bons Anos*⁶ – que podemos encontrar, pela pena do arcebispo de Cangranor, D. Diogo da Anunciação Justiniano⁷, o primeiro pedido publicamente manifesto de que temos notícia para que se desse a lume a *Clavis Prophetarum*⁸:

Praza a Deos, que dos Sermões do Padre Vieyra vejamos nós o seu ultimo Benjamin, com que satisfaz à sua promessa no duodecimo tomo, que nos falta; & então confessaremos, que este sera o seu duodecimo, & ditoso *Filius dexteræ*, quando depois de sahir a luz deixe ainda vivo ao pay, para nos poder communicar no seu celebre *Clavis Prophetarum*, aquelle monstruoso parto com que a sua sciencia tem suspensa a nossa expectação. Onde concluo, que Vossa Magestade não só deve conceder a licença que se lhe pede, mas ordenar ao Author, que por credito da nossa nação se anime a não deixar enterrado em o pó do esquecimento ainda aquelles fragmentos, que tem apontado o seu incansável estudo, pois em cada hum delles se perderá hum tesouro. [Vieira, 1696]

Dois anos depois, já tendo Vieira falecido, o mesmo Diogo Justiniano, agora na condição de censor do Paço do 12.º Tomo dos *Sermões* – o último volume da parenética a ser organizado pelo próprio jesuíta –, elogia as capacidades

6 No volume, o *Sermão dos Bons Anos* está datado incorretamente de janeiro de 1641. Nessa data Vieira ainda estava em Salvador. Esse sermão foi impresso em diversas edições em folheto indicando o ano correto da sua pregação, 1642.

7 Canônico da Congregação do Evangelista Amado, doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra, foi Bispo de Serra e Arcebispo de Cangranor em 1692, nunca chegando a ocupar essa última cátedra (Machado, 1741, p. 631).

8 Percorrendo as cartas de Vieira e outros documentos já conhecidos podemos, porém, afirmar que o interesse da corte em ver a *Clavis* concluída remontava pelo menos ao tempo de regência de D. Pedro, tendo a própria rainha D. Maria Sofia de Neubourg revelado seu desejo de vê-la ultimada.

teológicas e políticas de Vieira, fazendo uma nítida referência às suas profecias sobre o Quinto Império:

Este insigne homem (...) foi um monstro daquelles de quem diz o sagrado Texto que erão da geração dos Gigantes (...) Nas especulações Gigante (...) Nas Theologias expositivas Gigante (...) No zelo da honra de Deos Gigante (...) Nas políticas Gigante, como se as razões do estado forão somente a occupação de seus estudos. Na honra da Pátria Gigante, desejando de Reyno, mudala em Império. [sublinhado nosso] [Vieira, 1699]

E reitera a D. Pedro sua recomendação de trazer à luz o texto da *Clavis*:

que Vossa Magestade não só se sirva de conceder a licença, que justamente se pede, mas de mandar aos Religiosos da Companhia, que assim como nos communicarão as notícias das choupanas, assim nos dem o incomparavel gosto de podermos admirar as ideas dos Palácios de hum Architetto, que não teve igual: & se de muitos delles se não achar mais que o fundamento, alicerses do Padre Antônio Vieyra per si só bastaõ como se foraõ maquinas grandes. Se na sua *Clavis Prophetarum* falta alguma guarda para poder abrirem algum Capitulo dos Profetas; do Padre Antonio Vieyra não há chave, que não seja mestra, para poder abrir a fechadura de toda a dificuldade: & se ao ultimo Tomo desta celebre obra, segundo me disseraõ, faltaõ só duas disputas, melhor he duas disputas nos faltem, do que pela falta de duas disputas ficarmos perdendo a dous Tomos, que forçosamente devem ficar sem ultima mão, porque só a lima do Padre Antonio Vieyra pode aperfeiçoar congnidamente a guarda da sua chave. Posso afirmar a Vossa Magestade pela noticia, que deu em Roma, quem teve a fortuna de ver esta grande obra, & pelas conferencias, que tive na mesma Corte sobre a materia do seu argumento, que em quanto naõ apparecerem estes dous livros, ainda está no mundo por saber quem he o Padre Antonio Vieyra, & qual foi a singularissima comprehensão com que Deos dotou a sua agilidade, porque tudo o que se tem visto das suas obras, he hum corpo sem alma a respeito desta grande empreza, & depois que, se communicar á noticia publica, veraõ todos tal differença dos outros escritos a este commentto, que ou Antonio Vieyra no commentto he outro, ou as demais obras não saõ parto do seu juizo. E se o mundo pasmou no que já vio, sendo tudo isto sem comparação alguma menor que huma só regra da *Clavis Prophetarum*. [Vieira, 1699]

Através dessas duas censuras, parece-nos claro que Justiniano tinha conhecimento de que o jesuíta tinha trabalhado até aos últimos dias da sua vida na obra que prometera ao leitor no primeiro Tomo de seus *Sermões* publicado em 1679:

naõ te quero empenhar com a promessa de outras obras; porque, se bem entre o pó das minhas memórias, ou dos meus esquecimentos, se achaõ (como na officina de Vulcano), muytas peças meyo forjadas; nem ellas se pódem já bater por falta de forças, & muyto menos

aperfeyçoar, & polir; por estar embotada a lima com o gosto; & gastada como tempo. Só sentirey que este me falte para pôr a última mão aos quatros Livros Latinos de *Regno Christi in terris consumato*, por outro nome, *Clavis Prophetarum*, em que se abre nova estrada à facil inteligencia dos Profetas, & tem sido o mayor emprego de meus estudos. [Vieira, 1679]

D. Diogo Justiniano claramente retoma as imagens retóricas dessa passagem ao aludir à “lima” e à “última mão” do jesuíta na sua censura. Todavia, ao referir-se ao texto da *Clavis*, ele não fala nos “quatro livros latinos” mencionados por Vieira, mas em “dous Tomos”, depois em “dous livros”.

Silvano Peloso acredita que com essa menção Justiniano fizesse referência a manuscritos com cópias de partes da *Clavis* que teriam sido elaborados durante a segunda estadia de Vieira na corte papal (1669-1675) e que teriam dado origem a uma suposta “*Clavis romana*” que teria dois tomos quando da morte de Vieira (Peloso, 2007, pp. 85-86). No entanto, parece-nos mais plausível acreditar que Justiniano reporte no seu escrito as notícias de que teve conhecimento durante a sua estadia romana, a qual teve lugar entre a segunda metade de 1680⁹ e a primeira metade de 1690.¹⁰

Diante disso, parece-nos bem plausível que os dois tomos referidos por D. Diogo correspondessem aos próprios manuscritos originais da *Clavis*, que durante os anos da segunda estadia de Vieira na corte papal talvez fosse composta ainda só por dois livros; livros, que como disse o próprio Vieira, foram vistos e lidos com admiração pelas pessoas doudas de Roma.¹¹

Além desses dois livros, contudo, em outra passagem da mesma censura, Justiniano menciona a existência de um outro manuscrito da *Clavis* que se conservara em Portugal, quase certamente referindo-se aos originais do “retalho” enviado por Vieira à corte portuguesa em 1665¹² e que mais tarde seria publicado com o nome de *Livro Antepimeiro da História do Futuro* (Besselaar,

9 Em 1685 ainda se encontrava em Lisboa como atestam os sermões por ele publicados no primeiro volume do seu *Trofeo Evangelico*, enquanto em 1688 já o encontramos proferindo um sermão na Igreja dos Ilíricos em Roma. Justiniano (1685 e 1689).

10 Se em 1692, ainda em Roma, ele recebe a dignidade de arcebispo de Cangranor pelas mãos do cardeal Leandro Colloredo, em 1695 já estava de volta a Lisboa (Machado, 1741, p. 631).

11 Em carta enviada por Vieira a Rodrigo Meneses em 22 de outubro de 1672, diz o jesuíta: “Tenho em grande altura um livro latino, intitulado o *Quinto Império*, ou *Império Consumado de Cristo*, que vem ser a *Clavis Prophetarum*; e ninguém o lê sem admiração, e sem o julgar por importantíssimo à intelligência das escrituras proféticas” (Vieira, 2014, p. 256).

12 Em carta enviada a D. Rodrigo de Meneses em 23 de março de 1665, Vieira escreve: “Acerca do papel que Vossa Senhoria viu naquela mão (...) supus que Vossa Senhoria haveria por bem que eu cortasse este pequeno retalho de peça, para que o principal comprador julgasse se lhe servia, ou o servia. Por esta causa fiz eleição daqueles capítulos mais capazes por sua matéria da aceitação de Sua Magestade” (Vieira, 2014, tomo 1, pp.451-452).

1976, p.19), o qual claramente não corresponde aos outros dois livros a que se referira anteriormente:

Seus naufrágios tem tido esta obra primeiro que tenha aparecido na luz da estampa. Um no furto, que já se lhe intentou fazer, e sem dúvida se efetuará, se V. Majestade, com sua real atenção, não fizera restituir ao Padre Baltazar Duarte, como a procurador do Padre Antonio Vieira, o tesouro que nos roubavam de Portugal; outro naufrágio foi o juízo que muitos fizeram desta empresa, sem saberem nem o que ela é, nem o que ela contém. E para V. Majestade evitar segundo furto, e impor perpétuo silêncio a quem fala sem saber o que diz, deve mandar logo publicar esta obra, ordenando que, enquanto se estampa este tomo, se prepare a impressão para estes dois livros, e para tudo o mais que do Padre Antonio Vieira escreveu a pena ou ditou o juízo. [Vieira, 1679].

Lendo esse último testemunho, parece-nos muito claro que D. Diogo Justiniano não sabia que, aquando da morte do jesuíta, os originais da *Clavis* já constassem de três volumes, dos quais dois quase completos e um terceiro no qual Vieira ainda trabalhava nos últimos dias de sua vida.¹³ Um desconhecimento que, ao nosso ver, devia ser compartilhado por toda a corte portuguesa.

Entretanto, apesar de D. Diogo Justiniano ser um dos membros do Conselho de D. Pedro II na altura em que deu esse segundo parecer, acreditamos que o interesse por ele manifestado pela publicação da *Clavis* fosse muito mais o resultado de um entusiasmo de cunho pessoal do que o reflexo de um interesse partilhado com a coroa de Portugal. Isso porque nem a passagem por Lisboa da cópia dos manuscritos da *Clavis* preparada pelo Padre Antonio Maria Bonucci para ser enviada para Roma¹⁴ em 1700, nem a passagem do próprio Bonucci – que no ano seguinte deixaria o Brasil rumo a Roma levando consigo uma

13 Isso conforme o catálogo redigido pelo Padre Giovanni Antonio Andreoni em 22 de julho de 1697 quando fecharam a arca com os escritos de Vieira publicado em Sommervogel (1898, p. 676). O catálogo refere-se à existência de um quarto volume da obra que teria ficado apenas em projeto, entretanto, o Padre Antonio Maria Bonucci, jesuíta italiano que colaborou com Vieira nos últimos meses da sua vida e foi encarregado de organizar o texto da *Clavis* após a sua morte, em carta de 7 de julho de 1697 (Archivum Romanum Societatis Iesu (ARSI), *Epistolae Brasilienses (Bras.)* 4, 29), referira-se a um quarto livro da obra profética de Vieira que estaria quase completo, só precisando de ajustes (Peloso, 2007, pp. 106-108).

14 Em 19 de janeiro de 1700, o procurador da Província do Brasil em Lisboa, João da Rocha, remete os manuscritos da *Clavis* para o Reitor do Colégio da Companhia de Génova, Padre Flisco, para que este, por sua vez, os despachasse para Roma juntamente com o recém-publicado Tomo XII dos *Sermões* vieirino. Esse é, provavelmente, o manuscrito que hoje se encontra conservado na Biblioteca Casanatense de Roma (Ms. 706) (Peloso, 2009).

cópia das cartas de Vieira e outra cópia da *Clavis* – parecem ter tido qualquer impacto na corte portuguesa nesses primeiros anos do século XVIII.

Ao longo da primeira década do século XVIII, quando toda a Europa católica estava envolvida na Guerra de Sucessão da Espanha, foi a imprensa veneziana a principal produtora de edições de escritos vieirinos.¹⁵ Nessa cidade, entre 1700 e 1710 vieram à luz quatro diferentes edições de sermões do jesuíta, sendo três delas reedições de traduções feitas ainda no século XVII¹⁶ e a quarta é a do *Quaresmal* de Vincenzo Mamiani (1652-1730)¹⁷, publicado pela primeira vez em Roma em 1707.

É a essa primeira edição romana do *Quaresmal* que Diogo Barbosa Machado alude no Tomo I de sua *Bibliotheca Lusitana*:

O P. Luiz Vicente Mamiani della Rovere Jesuita compoz hum Quaresmal dos Sermoens das Domingas, e Ferias da Quaresma, que achou dispersos pelos doze Tomos dos Sermoens do P. Vieyra, e os traduzio, e publicou em Italiano. [Machado, 1741, p. 423]

Machado, no entanto, nada refere sobre o facto de Mamiani, na dedicatória, se afirmar “vassalo” da coroa portuguesa “por escolha própria” e de ele ter oferecido a sua obra – seja na edição romana, seja na veneziana – “à Sagrada Real Majestade de João V, rei de Portugal”:

Aos pés do Real Trono de Vossa Majestade deponho essa coletânea de Sermões do Padre Antonio Vieira traduzidas no idioma italiano, que já na lingua nacional em que foram compostas no mesmo Trono encontraram mais de uma vez benigna aceitação. [Vieira 1707]

Na verdade, o italiano Luigi Vincenzo Mamiani della Rovere há muito pouco tempo havia regressado de Lisboa para Roma, após ter passado mais de 15 anos – de 1684 a 1701 – atuando na *Província Brasílica* da Companhia de Jesus, onde havia conhecido pessoalmente o Padre António Vieira. O jesuíta, que então se achava na capital dos Estados Pontifícios, onde se tornaria um ferrenho defensor dos interesses da Companhia de Jesus no Oriente (Di Fiore, 2007), dizia servir “todas as Províncias da Assistência de Portugal” (Vieira, 1707).

15 Juntamente com as cidades de Colónia e Augusta.

16 Duas dessas reedições eram da tradução feita diretamente do português pelo jesuíta e professor do Colégio Romano Annibale Adami (1626-1706) (Vieira, António, 1701 e 1707). A terceira impressão apresenta uma tradução feita diretamente do espanhol, provavelmente uma reimpressão da versão feita pelo romano Bartolomeo Santinelli em 1668 (Vieira, 1703).

17 Vieira, António (1708). Obra editada novamente, sem alterações, pelo mesmo impressor, em 1712 e 1722.

No prólogo do *Quaresmal*, ademais, chama-nos a atenção a menção de Mamiani à profecia feita por Vieira no *Discurso Apologético*, publicado em 1690 no *Palavra de Deos*:

O autor teve (...) do engenho a perspicácia de reconhecer antecipadamente em antigas memorias de Portugal composto de Proféticas cifras o felicissimo nascimento de Vossa Magestade e de ler os prognósticos de suas gloriosissimas empresas, como aparece em um discurso Apologético impresso antes de Vossa Magestade nascer. [Vieira, 1707]

De facto, no *Discurso Apologético*, escrito por Vieira como consolo para a rainha Maria Sofia Isabel de Neuburgo após a morte do primogénito João e como resposta ao desmentimento dos vaticínios por ele proferidos em Salvador em 1688 no *Sermão de Ação de Graças* pelo seu nascimento, o jesuíta transferia para um segundogénito as suas profecias messiânicas sobre o vindouro Quinto Império.

Se na época em que foi enviado à corte o *Discurso* fora recebido com incredulidade e escárnio¹⁸, 15 anos mais tarde, tendo D. João V – o menino cujo nascimento foi vaticinado por Vieira – ascendido ao trono português em dezembro de 1706, isso parece ter mudado. Como veremos, é nos primeiros anos do reinado joanino que encontramos as primeiras demonstrações efetivas de um renovado interesse pelos escritos proféticos de Vieira.

Um interesse demonstrado pelo facto de ter sido preparada a publicação de um manuscrito apócrifo intitulado *Matéria, Verdade e Utilidades da História do Futuro* que corresponderia a uma das cópias que se fez do “retalho” da *Clavis-História do Futuro* enviado por Vieira à corte portuguesa em 1665 (Peloso, 2007, pp. 72-26)¹⁹, o mesmo manuscrito a que se referira Dom Diogo Justiniano em seu parecer de 1698.

Nas censuras inquisitoriais ao texto realizadas em 1709 e 1710, mas só posteriormente publicadas na sua primeira edição, que de facto só veio à luz em 1718 sob o título de *Livro Antepimeiro da História do Futuro*²⁰,

18 Segundo João Lúcio de Azevedo (2008, p. 289), na ocasião, aparentemente só o duque de Cadaval, amigo e correspondente do jesuíta, parece ter sido indulgente com o escrito, de que outros mofavam como uma aberração senil.

19 Durante muito tempo, autores como João Lúcio de Azevedo e Hernani Cidade acreditaram que o manuscrito do Livro Antepimeiro publicado em 1718 fazia parte do espólio do jesuíta, remetido para Lisboa em 1714, de que trataremos a seguir. Todavia, José Van Den Besselaar (1976, p. 19) já havia notado que isso não seria possível, uma vez que as censuras inquisitoriais presentes no livro remontavam aos anos de 1709 e 1710.

20 Existem pelo menos duas edições contrafeitas desse volume que apresentam a mesma data, o mesmo editor e o mesmo lugar de publicação. Para as pequenas variantes entre original →

encontramos pela primeira vez uma clara exaltação da figura de Vieira como profeta:

Por ordem de V. Illustrissima li o livro intitulado: Matéria, Verdade, & Utilidades da Historia do Futuro (...) tão agudo foy, & tam perspicaz o entendimento do seu Author, que dentro dos espelhos rebuços das mesmas profecias, pode bruxulear os futuros (...) esta Aguia dos Escritores (...) descreveo o que previo por divina revelação; & esta o que penetrou o seu entendimento agudo nas profecias sagradas (...) Descubrio o seu engenho as minas, & thesouros preciosissimos, que no campo das profecias estavam escondidos havia tantos séculos (...). [Vieira, 1718]

Padre Vieyra parece não escreveu como homem, & agora muyto mais em matérias do Futuro, sendo algumas delas só reservadas á superior intelligencia. Tam alto, & tam fundo era o seu entendimento, que ruminou os segredos mais occultos, & impenetraveis aos nossos juízos. [Vieira, 1718]

É no contexto desses pareceres censórios que, ademais, identificamos mais uma etapa da campanha pela publicação da *Clavis Prophetarum* que, como veremos, durante a década de 1710, será protagonizada pela intervenção direta do inquisidor-mor do reino e cardeal Nuno da Cunha e Ataíde e, a partir da década seguinte, vai envolver alguns membros da elite letrada portuguesa, a maioria deles ligados à Academia Real da História, criada por decreto régio em 1720:

E se (justamente) insistir o nosso desejo em querer mais obras deste grande Author, para ter mais que aprender, & que admirar; sete volumes nos deyxou escritos, que são os que neste nos promete, em que largamente poderão satisfazerse os nossos desejos, & accenderse as nossas esperanças. Todos, espero eu, os faça sahir a luz o mesmo nobilissimo zelo, que dá luz a este, como já a deo a outros mais. Se com a impressão deste faz divulgar a promessa, que elle contem, de se abrirem nos outros as nossas esperanças as portas das profecias, que estão ha tantos seculos fechadas; já se obriga a entregarnos em aquelles livros a chave dos Profetas, para abriremos as portas de nossas fortunas. [Vieira, 1718]

Note-se, no entanto, que Fr. José de Sousa, em 1709, continua a demonstrar o mesmo desconhecimento que tinha D. Diogo Justiniano em 1698 acerca do número de livros que tinha a obra de Vieira aquando da sua morte, uma vez que afirma que “sete volumes nos deyxou escritos, que são os que neste nos promete” e não questiona em nenhum momento o plano da obra que se

encontra na abertura no terceiro capítulo do *Livro Anteprimeiro*, no qual o jesuíta informava que a *História do Futuro* teria “sete partes ou sete livros” e não só os três livros colocados na arca no colégio da Bahia após a morte de Vieira. A mesma desinformação é demonstrada pelo outro censor da Inquisição que analisou o volume, Fr. Antonio de Santo Elias:

E se o Author desta obra nella, & nos sete livros de que este he exordio, & anteprimeyro, nos diz verdades, mas verdades occultas, & escondidas; verdades não sabidas, né penetradadas. [Vieira, 1718] [sublinhado nosso]

Acreditamos, assim, que só no início da década de 1710, com a chegada da primeira cópia dos manuscritos da *Clavis* em Portugal, é que a corte portuguesa tomou conhecimento do verdadeiro legado profético de seu mais ilustre orador.

A primeira versão do texto da obra profética de Vieira a chegar a Portugal deve ter sido aquela entregue em 1712 pelo Pe. Antonio Maria Bonucci ao Marquês de Fontes, Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses, representante diplomático de Portugal junto à corte papal²¹, conforme atesta um documento publicado por Margarida Mendes e Rita Marquilhas em 1995.

O documento, que é até hoje o único testemunho notório do interesse direto que o monarca português tinha no texto da *Clavis Prophetarum*, é uma carta enviada em 18 de junho de 1712 pelo Marquês de Fontes ao inquisidor-mor e cardeal Nuno da Cunha e Ataíde, em que o diplomata português informa que:

já está na minha mão a *Clavis Prophetarum*, assim pode Vossa Eminência segurar El Rey meu senhor, cujo nome não foi necessário empenhar para haver este livro, porque o Padre Bonucci, que o trouxe do Brasil, foi o que mo emprestou e me prometeu muitos outros papéis do mesmo Pe. António Vieira. [Marquilhas, 1995, p. 20] [sublinhado nosso]²²

21 A nosso ver, pode corresponder ao manuscrito que hoje se conserva no Fundo do Conselho Geral do Santo Ofício na Torre do Tombo (ms. 122) (Lopes, 1999). Vieira, o encoberto... *op. cit.* p.155. Segundo Diogo Barbosa Machado o Geral da Companhia Michelangelo Tamburini teria presenteado o Marquês de Fontes com uma cópia da *Clavis* na época de sua estadia em Roma. Barbosa Machado (1741, p. 425) afirma, inclusive, ter consultado esse manuscrito na biblioteca do Marquês. O que não sabemos é se esse seria o mesmo manuscrito entregue por Bonucci ao embaixador português em 1712.

22 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 109, fl. 15r. Essa carta é citada em Mendes e Marquilhas (1995, p. 20).

Dois anos mais tarde, o mesmo cardeal Cunha foi provavelmente o responsável pelo sequestro da arca que continha os originais de Vieira, que o novo Geral da Companhia de Jesus, Michelangelo Tamburini, havia solicitado que fosse enviada para Roma em 1714. No decorrer de pouco mais de dois anos, a coroa portuguesa não só passara a ter acesso ao texto da *Clavis*, mas também a ter em mãos os autógrafos vieirinos.

Enquanto isso, em Roma, a Companhia de Jesus, não sabemos precisamente em que data, havia submetido o texto da *Clavis* ao exame de um colégio de revisores do Santo Ofício com o intuito de obter autorização para a sua publicação. Autorização que não foi concedida.

A documentação hoje conhecida não nos permite saber se houve ou não participação da coroa portuguesa nessa primeira tentativa de aprovação da obra profética de Vieira. O que sabemos é que entre os anos de 1714 e 1715 o Cardeal Cunha tomou a frente da defesa do escrito vieirino e participou ativamente, ao lado da Companhia de Jesus, da preparação do recurso ao parecer desfavorável à publicação da *Clavis* (Franco, 2006, pp. 473-484).

Em 1714, ele encarregou o jesuíta Carlos António Casnedi de analisar os originais da *Clavis* e elaborar uma defesa dos passos da obra censurados pela Inquisição Romana. Nessa tentativa de reverter o primeiro parecer – que por sinal até hoje não é conhecido –, o Cardeal Cunha, além de solicitar ao Padre Casnedi a elaboração de sua *Sententia* (Celani, 2007), também mandou preparar novas cópias do texto da *Clavis*. Esses manuscritos seriam enviados à corte papal ainda em 1715, onde a obra profética de Vieira seria submetida a uma nova avaliação.²³

Nesse ano, em Roma, temos conhecimento de outras duas confutações ao parecer dos censores da Inquisição Romana, provavelmente obtidas graças à intervenção da Companhia de Jesus: uma preparada pelo jesuíta André Semery, teólogo do Geral da Companhia Michelangelo Tamburini²⁴, e outra

23 Esses manuscritos, resultantes desse trabalho de reorganização textual promovido pelo Cardeal Cunha, foram denominados de “Vulgata” por Mendes e Marquilhas (1995, p. 21). Dois desses volumes hoje estão conservados no Arquivo da Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma (APUG, ms. 354 e 359) e fazem referência ao Cardeal Cunha no título de abertura: *Clavis Prophetarum Verum eorum sensum aperiens Ad rectam Regni Christi in Terris consummati intelligentiam assequendam a P. Antonio Vieyra Societatis IESU summo pretio elaborata, sed morte praeveniente non absoluta, nec ultima manu expolita. Opus posthumum, ac desideratissimum, Ad amussim respondens non solum Typo Romam Transmisso, Sed longe magis Prototypo sub Eminentissimi D. D. S. R. E. Cardinalis Nonii da Cunha Supremi totius Lusitanae Ditionis Inquisitoris potestate invento.*

24 *Responsio ad censuras operis Mr. R. P. Antonii Vieyra Societatis Jesu (...) cui titulus est Clavis Prophetarum, etc* cujo autógrafa se conserva no Arquivo da Pontifícia Universidade →

por Jacinto de Santa Romana, teólogo dominicano do convento Casanatense e Examinador Sinodal da Nunciatura de Espanha.²⁵ Essas confutações foram utilizadas, possivelmente, para solicitar um novo exame da obra por parte do Santo Ofício. De facto, graças à correspondência enviada pela Companhia ao Cardeal Cunha, sabemos que em 20 de outubro de 1716 o Papa Clemente XI havia confiado o texto da *Clavis* a um novo colégio de revisores.²⁶

Enquanto se esperava pelo resultado dessa nova consulta aos teólogos romanos, em Portugal foi retomado o projeto editorial abandonado no início da década de 1710 e se publicou o *Livro Antepimeiro* em 1718.²⁷

Sabemos, graças à correspondência trocada entre a Companhia de Jesus e o cardeal Cunha, recentemente publicada por Silvano Peloso (2007), que em junho de 1719 o colégio de revisores estava profundamente dividido acerca da concessão da licença de publicação para a obra profética de Vieira²⁸ e que em julho do mesmo ano a autorização para a publicação da *Clavis* havia sido definitivamente negada.²⁹

Numa dessas cartas, a Companhia desaconselhou a publicação da obra em Portugal e recomendou, se fosse o caso, um recurso ao Sumo Pontífice. Não temos, no entanto, nenhuma prova documental que tal expediente tenha sido impetrado. Todavia, uma observação feita por Manoel Dias de Lima na conferência da Real Academia da História de 11 de maio de 1722 faz-nos pensar que alguma forma de recurso ao segundo parecer contrário do Santo Ofício tenha sido colocado em ato. Nessa reunião, discutindo sobre a concessão da Lei da

→ Gregoriana em Roma (APUG, ms. 1826). Feita a partir desse documento existe uma cópia que se encontra anexada a um manuscrito com o texto da *Clavis* que se conserva no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT, Manuscritos da Livraria, ms. 2519) (Espírito Santo, 2007). “*Censuras da Clavis Prophetarum do Padre António Vieira*”. In Barreto, Luís Filipe et al. (coord.) *Inquisição portuguesa: tempo, razão e circunstância*, Lisboa-São Paulo, Prefácio, p.189-201 (p. 192).

25 *Censura Censuræ super quibusdam propositionibus, quæ in libro Rev.mi Patris Vieyra Societatis Jesu, cui titulus Clavis Prophetarum, continebatur*, conservada junto a um dos manuscritos preparados pelo Cardeal Cunha hoje conservados no Arquivo da Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma (APUG, ms. 354). Uma cópia dessa censura também se conserva no ms. 2519 da Torre do Tombo.

26 ARSI, *Epistolae Lusitanea* (Lus.) 35, II, 248 v.

27 Acreditamos que a chegada desses manuscritos da *Clavis* em Portugal – a cópia da cópia de Bonucci obtida em Roma e/ou o autógrafo conservado na arca proveniente da Bahia – pode ter sido o motivo que levou à suspensão temporária da impressão do *Livro Antepimeiro*, o que explicaria o grande espaço de tempo que transcorreu entre os pareceres dos censores e a publicação do livro.

28 ARSI, Lus. 35, II, 301.

29 ARSI, Lus. 35, II, 303.

Graça nos territórios da América, ele afirma que: “não se resolveria esse ponto sem ver a decisão da Cúria, aonde se disputa actualmente na opposição, que se faz ao livro *Clavis Prophetarum*”.³⁰

Não temos, porém, nenhuma outra notícia a esse respeito. Acreditamos, no entanto, a partir dessa informação fornecida pelo académico Manoel Dias de Lima, que, se algum recurso foi impetrado a Clemente XI, este morreu em 1721 sem pronunciar a sua decisão. Em maio de 1722, na semana em que teve lugar a referida sessão académica, o cardeal Cunha encontrava-se a meio da viagem de regresso a Lisboa, após ter passado cerca de um ano na cidade papal, para onde tinha ido em 1721 para participar do conclave em que saiu eleito Inocêncio XIII. Não sabemos se ele trazia de Roma alguma posição do papa Michelangelo Conti. A partir daí, perdemos qualquer rasto do desenvolvimento da questão em Roma.

O que sabemos é que, a partir da segunda metade da década de 1720, tem início uma nova etapa na campanha pela publicação da *Clavis Prophetarum*. Uma campanha que se limitou ao território do reino português e que foi movida por alguns homens de letras que então se interessaram pela obra e pela figura de Vieira.

Em 1727, Luís Gonçalves Pinheiro, na dedicatória da sua *Apologia a favor de R. P. A. Vieyra da Companhia de Iesu* publicada em 1727, augura que “permitta Deos que com o famoso *Clavis Prophetarum* vejamos outras obras, que tem sepultado o silencio, para acabarmos de conhecer quem foy o Padre Vieyra” (Pinheiro, 1727).

Em 1735, na Dedicatória da primeira edição das *Cartas de Vieira*, o 4.º Conde de Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, responsável pela organização do volume dedicado ao Cardeal Cunha, escreveria:

devo a Vossa Eminência mais o favor de me permittir que eu concorresse, para que se publicasse Obra tão excellente, dando-nos a esperança de que com a sua protecção sayão à luz outros escritos do Grande Padre Antonio Vieyra, e entre elles o dezejado livro de *Clavis Prophetarum*, que esse Author preferia, nao menos que a todas as outras obras suas.
[Vieira, 1735]

No mesmo volume, algumas páginas à frente, desejo semelhante é expresso por D. Alexandre Ferreira, censor do Paço, no seu parecer de setembro de 1734:

30 SYLVA, Manoel Teles (org.) (1722), *Collecçam dos documentos, e memorias da Academia Real da Historia Portugueza... / e ordenada pelo Marquez de Alegrete Manoel Telles da Sylva...* Lisboa Occidental, Na Officina de Pascoal da Sylva.

tem estas Cartas grandes defensores, depois de largo, e bem considerado exame, he justo tambem, que corrão não só com licença, mas com a protecção de Vossa Magestade; que eu dezejara também encaminhada a Obra do *Clavis Prophetarum* singular disvelo do Padre Antonio Vieyra. [Vieira, 1735]

Um ano mais tarde, o jesuíta André de Barros publicaria na oficina de Miguel Rodrigues, “impressor do Senhor Patriarca”, o *Vozes Saudosas da Eloquencia*, uma miscelânea de escritos vieirinos e elogios fúnebres em homenagem ao jesuíta dedicada a D. João V e acompanhada do juízo do Padre Casnedi, “que justamente recebe nome de Echo” sobre a *Clavis Prophetarum*. Tal juízo, publicado em língua latina, nada mais é que o prefácio escrito por Casnedi à sua *Sententia*, em que ele defende a eficácia da exegese que Vieira faz dos Profetas.

Ao introduzir o texto de Casnedi, André de Barros elogia a tão desejada *Clavis* e, através de uma analogia com uma passagem do livro dos Coríntios, faz uma referência implícita à proibição de publicação da obra pela Inquisição romana:

A Mais alta voz do P. Antonio Vieira, quanto á sabedoria, foy a portentosa obra do seu tao desejado, como exquisito *Clavis Prophetarum* (...) Desejavamos dar mais individual noticia do que percebemos desta voz; mas podemos ouvir, e nao podemos fallar como succedeo a S. Paulo com os segredos, que vio, e ouviu: Audivit arcana verba, quae non licet homini loqui. [Vieira, 1736]

Em 1746, o mesmo Padre Barros publicaria a primeira biografia de Vieira.³¹ Em sua *Vida do Apostólico Padre Vieira*, falaria mais uma vez do “tão desejado *Clavis Prophetarum*, obra, porque suspirava Europa, e sobre que estão em summa expectação os Sábios” (Barros, 1746, p. 593). Nela, dedica várias páginas à “Illustre prova de sua sabedoria da afamada obra manuscrita *Clavis Prophetarum*” onde faz um breve resumo dos conteúdos da obra profética de Vieira e reporta os juízos dos censores que em Roma, em 1715, haviam dado parecer positivo à publicação do livro, citando trechos dos pareceres de Santa Romana, Semery e Casnedi.

A biografia de Barros, até onde sabemos, pode ser considerada o epílogo dessa campanha pela publicação da *Clavis*, que aqui reconstruímos. Se em

31 Uma brevíssima biografia do jesuíta em língua latina já havia sido publicada no contexto da *Carta do P. Reytor do Collegio da Bahia, em que dà conta ao Padre Gèral da morte do Pe Antonio Vieyra & refere as principaes acções de sua vida* editada no Tomo XIV de seus *Sermões* que veio a lume em 1710 (Vieira, 1710, pp. 293-301).

meados da década de 1730, nas palavras de Ericeira, parece-nos poder vislumbrar ainda alguma esperança de que a obra profética pudesse ser trazida à luz pelas prensas portuguesas, em meados de 1740, essa possibilidade, aparentemente, já é de todo descartada, visto o tom passadista adotado por André de Barros quando fala da “expectação dos Sábios” pela *Clavis*.

Ainda que não sejam de todo claras as razões do fracasso definitivo dessa empreitada, uma vez que não encontramos nenhuma notícia a respeito de uma definitiva falta de consentimento por parte de Roma, tudo aponta que a não publicação da *Clavis* tenha sido sobretudo fruto da paulatina perda de interesse por parte de D. João V pelas “Largas fortunas em dilatados séculos que promete a Portugal”³² o padre Vieira.

Ao nosso ver, o interesse pelo discurso profético vieirino por parte do monarca português circunscreveu-se à década de 1710, quando, recém-ascendido ao trono, o jovem D. João V e seus conselheiros fizeram uso do discurso universalista sobre o Quinto Império como fonte de legitimação para o seu poder no reino de Portugal³³, mas também como elemento central da propaganda política colocada em ato pelos representantes portugueses na corte papal.

Pelo menos desde a cerimónia de celebração das exéquias de D. Pedro II, que teve lugar em Roma em 1707, no contexto da propaganda política colocada em ato pela corte portuguesa em Roma, Portugal é representado como uma monarquia de vocação universal dotada de uma marcada dimensão ultramarina, a partir de esquemas que remetiam à tradição das cerimónias realizadas pela coroa portuguesa na corte papal desde os tempos de D. Manuel I.

Ao colocar o foco na dimensão imperial de sua monarquia e no carácter messiânico-cristão da expansão dos seus domínios fora da Europa, a celebração das exéquias de D. Pedro não só antecipa duas importantes chaves interpretativas que a corte joanina vai eleger para construir as suas formas de autorrepresentação – a herança de Roma e o universalismo cristão –, mas também expressa um programa político que proclama o interesse de Portugal em manter o seu papel na difusão do cristianismo nos demais continentes (Ribeiro, 2019, p. 48). Com isso, aponta para a posição política que será assumida pelos lusos no contexto de uma das questões mais relevantes que marcaram o papado de Clemente XI: a chamada controvérsia dos ritos chineses,

32 Expressão utilizada por Fr. João de Sousa no seu parecer presente na edição de 1718 do *Livro Antepimeiro*.

33 Em 1716, por exemplo, por ocasião da ereção da colegiada de São Tomé em Basílica Patriarcal, a cidade de Lisboa foi dividida em dois hemisférios e 12 bairros, à *semelhança da mítica capital do Quinto Império*.

disputa que dizia especificamente respeito ao padroado português no Oriente e que, como sabemos, seria então uma das principais pautas da diplomacia joanina junto da Santa Sé.

Nas décadas seguintes, ainda que alguns indícios – como a circulação de vários manuscritos sebastianistas entre os homens da corte portuguesa, dentre os quais o próprio cardeal Cunha³⁴ – apontem para a manutenção de um certo interesse por escritos de cunho profético-milenarista na corte lusa, nos parece que esse tipo de discurso, assim como o mito do Quinto Império, deixou de estar no cerne da construção da autorrepresentação do rei português, perdendo claramente a sua relevância no âmbito da publicística real. A comprovação desta tese, todavia, dependerá doravante da realização de novos estudos sobre a importância que o discurso profético-universalista ocupou na cultura política e na propaganda régia dos últimos anos do reinado de D. João V (Ribeiro, 2015, p. 100).

34 Refiro-me à cópia das *Trovas* do Bandarra com que o Cardeal Cunha presenteou o académico Fr. Francisco de Almeida (Besselaar, 1987, p. 128); aos inéditos de D. João de Castro, que na época pertenciam a D. José Barbosa Machado, clérigo regular, cronista da Casa de Bragança e censor da Academia Real da História (Lima, 2009, p. 445); ao *Jardim Ameno*, compilação de profecias sebastianistas organizada por um certo Pedreanes de Alvelos no início do século XVII, que esteve nas mãos de Henrique de Carvalho, confessor do rei D. João V na década de 1740 (Besselaar, 2002, p. 31) e ao *Livro das cousas mais notáveis que tenho lido acerca dos fundamentos que têm os sebastianistas para afirmarem que é vivo e há de vir o Sereníssimo Rei Dom Sebastião*, escrito por um autor incógnito em 1659, que foi copiado e acrescido de diversos aditamentos por algum letrado em 1729 (*Idem*, p. 99).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, J. L. (2008), *História de Antonio Vieira*, 2 vols., São Paulo, Alameda.
- BARROS, André de (1746), *Vida do Apostolico Padre Antonio Vieyra da Companhia de Jesus...*, Lisboa, na nova Officina Sylviana.
- BESSELAAR, J. Van D. (1976), “Introdução”. In A. Vieira, *História do Futuro (Livro Antepre-meiro)*, vol. 1, Munster Westfalen: Aschendorffsche, pp. 1-64.
- BESSELAAR, J. Van D. (1987), *O Sebastianismo: História Sumária*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- BESSELAAR, J. Van D. (2002), *Antônio Vieira: Profecia e Polêmica*, Rio de Janeiro, EDUER.
- CELANI, S. (2007), *Carlo Antonio Casnedi e a Clavis Prophetarum de Antonio Vieira*, edição e tradução da *Sententia*, Viterbo, Sette città.
- DI FIORE, G. (2007), “Luigi Vincenzo Mamiani della Rovere”. In *Dizionario Biografico degli Italiani*, vol. 68, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana.
- ESPÍRITO SANTO, A. (2007), “Censuras da Clavis Prophetarum do Padre António Vieira”. In L. F. Barreto *et al.* (coord.), *Inquisição Portuguesa: Tempo, Razão e Circunstância*, Lisboa-São Paulo, Prefácio, pp. 189-201.
- FRANCO, J. E. (2006), “Uma utopia católica sob suspeita: censura romana à Clavis Prophetarum do Padre António Vieira”. *Lusitana Sacra*, 18, pp. 473-484.
- LIMA, L. F. S. (2009), “O percurso das Trovas de Bandarra: circulação letrada de um profeta iletrado”. In L. M. Algranti e A. P. Megiani (orgs.), *O Império Por Escrito: Formas de Transmissão da Cultura Letrada no Mundo Ibérico (Séculos XVI-XIX)*, São Paulo, Alameda, pp. 441-452.
- LOPES, A. (1999), *Vieira, o Encoberto: 74 Anos de Evolução da sua Utopia*, Cascais, Príncipeia.
- JUSTINIANO, D. da A. (1685), *Trofeo evangelico: exposto em quinze sermoens historicos, moraes, & panegyricos...* Lisboa, na officina de Miguel Deslandes.
- JUSTINIANO, D. da A. (1689), *L'Oriente, giro, et agonia del sole discorso panegirico...* Roma, nella stamperia della Rev. Cam. Apost.
- MACHADO, D. B. (1741), *Bibliotheca Lusitana...*, tomo I, Lisboa Occidental, na officina de Antonio Isidoro da Fonseca.
- MENDES, M. e MARQUILHAS, R. (1995), “A quarta mão: um manuscrito da *Clavis Prophetarum* do Padre António Vieira”. *Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português do Rio de Janeiro*, 9, pp. 13-21.
- MUHANA, A. (ed.) (1995), *Os Autos do Processo de Vieira na Inquisição*, São Paulo, Unesp.
- PELOSO, S. (2007), *Antônio Vieira e o Império Universal: a Clavis Prophetarum e os Documentos Inquisitoriais*, Rio de Janeiro, De Letras.
- PELOSO, S. (2009), *La Clavis Prophetarum di Antonio Vieira: storia, documentazione e ricostruzione del testo sulla base del ms. 706 della Biblioteca Casanatense di Roma*, Roma, CISCAV/Sette città.
- PINHEIRO, L. G. (1727), *Apologia a favor do R. P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesu da Provincia de Portugal...*, Lisboa Occidental, Na Officina Bernardo da Costa.
- RIBEIRO, M. de A. (2015), “Legitimar um rei com profecias: messianismo, milenarismo e profetismo no discurso político do Portugal moderno (séculos XVI-XVIII)”. *MAGALLÁNICA, Revista de Historia Moderna*, 3, pp. 77-100.
- RIBEIRO, M. de A. (2019), “Politics, spectacle and propaganda: the political use of patronage and press by John v’s representatives in Rome during the first half of 18th century”. In

- P. D. del Corral Corredoira (org.), *Politics and the Arts in Lisbon and Rome. John v of Portugal and his Roman Dream* (Oxford University Studies in the Enlightenment), Liverpool, Liverpool University Press, 2019, pp. 43-73.
- SOMMERVOGEL, C. (1898), *Bibliothèque de la Companhia de Jésus*, tomo VIII, Bruxelas, Societé Belge de Libraire.
- SYLVA, M. T. (org.) (1722), *Collecçam dos Documentos, e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza...*, Lisboa Occidental, Na Officina de Pascoal da Sylva.
- VALDEZ, A. T. (2012), "Rethinking the fifth empire: António Vieira and the Clavis Prophetarum". *E-Journal of Portuguese History*, 12(2), pp. 58-75.
- VALDEZ, A. T. (2017), "Tracking António Vieira's 'Clavis Prophetarum': The St. Bonaventure". Franciscan Institute, Manuscript 28, *The Catholic Historical Review*, 103(4), pp. 663-697.
- VIEIRA, A. (1642), *Sermão que pregou o R. P. Antonio Vieira da Companhia de Jesus na Capella...*, Lisboa, Na officina de Lourenço de Anveres.
- VIEIRA, A. (1679), *Sermoens do P. Antonio Vieira da Companhia do Iesu, Prégador de Sua Alteza, Primeyra parte...*, Lisboa, Officina de Ioam da Costa.
- VIEIRA, A. (1690), *Palavra de Deos empenhada, e desempenhada...*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes.
- VIEIRA, A. (1696), *Sermoens do P. Antonio Vieira da Companhia de Jesu, Prégador de Sua Magestade. Undecima Parte...*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes.
- VIEIRA, A. (1699), *Sermoens do P. Antonio Vieira da Companhia de Jesu, Prégador de Sua Magestade. Parte duodécima...*, Lisboa, Officina de Miguel Deslandes.
- VIEIRA, A. (1701), *Prediche del padre Antonio Vieira della Compagnia di Giesù... dall'idioma portoghese tradotte nell'italiano dal P. Annibale Adami... parte terza, prima impressione*, Venetia, Presso Marino Rossetti in Marzaria, All'insegna della pace.
- VIEIRA, A. (1703), *Prediche varie del padre Antonio Vieira della compagnia di Gesù tradotte dalla lingua spagnola nell'italiana...*, Venezia, per Lorenzo Bassegio.
- VIEIRA, A. (1707a), *Prediche del P. Antonio Vieyra della Compagnia de Giesù tradotte in Italiano del P. Annibale Adami della medesima Compagnia*, Venezia, presso Nicolao Pez-zana, 2 vols.
- VIEIRA, A. (1707b), *Prediche sopra gli Evangelij della Quaresima del p. Antonio Vieyra della Compagnia di Giesu ... raccolte da dodici tomi delle sue prediche in forma d'un quaresimale: tradotte dall'idioma portoghese nell'italiano, ... dal p. Luigi Vincenzo Mamiani della Revere della Compagnia di Giesu...*, Roma, nella stamperia e gettaria di Giorgio Placho, 2 vols.
- VIEIRA, A. (1708), *Prediche sopra gli euangelj della Quaresima del padre Antonio Vieyra della Compagnia di Giesu... tradotte dall'idioma Portoghese nell'Italiano... dal p. Luigi Vincenzo Mamiani della Ruvere della Compagnia di Giesu*, Venezia, presso Paolo Baglioni.
- VIEIRA, A. (1710), *Sermoens e Varios Discursos do P. Antonio Vieira...*, Lisboa, Valentim da Costa Deslandes.
- VIEIRA, A. (1718), *Historia do Futuro. Livro Antepimeyro...*, Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram.
- VIEIRA, A. (1735), *Cartas do P. Antonio Vieyra da Companhia de Jesus*, Lisboa, Officina da Congregação do Oratorio, 2 vols.
- VIEIRA, A. (1736), *Vozes Saudosas, da eloquencia, do espirito, do zelo e eminente sabedoria do Padre Antonio...*, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues.
- VIEIRA, A. (1856), *Obras inéditas* (Tomo II). Lisboa, J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes.

- VIEIRA, A. (2014a), *Obra completa* (Tomo I: Epistolografia, Volume II: Cartas da missão, cartas da prisão), São Paulo, Loyola.
- VIEIRA, A. (2014b), *Obra completa* (Tomo I: Epistolografia, Volume III: Cartas de Roma), São Paulo, Loyola.

Recebido a 08-09-2018. Aceite para publicação a 12-10-2020.

MACHEL, M. de A. R. (2021), “A corte portuguesa e a campanha pela publicação da *Clavis Prophetarum* do Padre António Vieira (séculos XVII-XVIII)”. *Análise Social*, 239, LV1 (2.º), pp. 264-283.

Marília de Azambuja Ribeiro Machel » ribeiromarilia@hotmail.com » Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco » Av. Acadêmico Hélio Ramos, s/n, Cidade Universitária — CEP 50670-901 Recife, PE, Brasil » <https://orcid.org/0000-0001-9620-8049>.
